

AS SEMANAS DE ESTUDO DOS AÇORES

*Artur da Cunha Oliveira**

UM TESTEMUNHO

Nos finais do ano de 1945, pouco depois de terminar a II Grande Guerra Mundial, o José Enes e eu tivemos a sorte de sermos enviados para Roma a fim de aí frequentarmos Universidades eclesiásticas. E sorte por já ser tempo de paz. Mas sorte ainda por termos tido ocasião de constatar os destroços da Guerra e experimentar por largo tempo algumas das suas consequências. Se então nos foi possível ir de Portugal à Itália, devemos-lo ao mérito do influente Monsenhor Lopes da Cruz, que nos conseguiu passaporte diplomático. E se atravessámos incólumes a Itália, da Suíça a Roma, foi porque, de cada vez que passávamos uma ponte ou entrávamos num túnel, o comboio avisava-nos com um lânguido apito, afrouxava quase a passo, e mantínhamo-nos quedos e mudos: podia ser o fim. Enfim, já em Roma levámos tempos de fome e de medo: os *partigiani* comunistas podiam descer das montanhas e... Assistimos à mudança de regime: da Monarquia para a República, às eleições para a Constituinte e ao que se lhe seguiu até à vida política e social em democracia. Mesmo que não quiséssemos, talvez tenhamos aprendido mais com a “paixão” daquele Povo, que com as cadeiras de Filosofia, Teologia e Ciências Bíblicas que frequentámos. Pelo menos aprendemos isto: o Evangelho não é para proclamar e viver só nos edifícios da Igreja mas, sobretudo, para trazer para a Rua. A Paz é fruto do Progresso, e este, da Cultura, do desenvolvimento integral de cada ser humano. De modo que, ao regressar aos Açores, nos primeiros anos da década de cinquenta, não nos limitámos a “dar aulas” das nossas especialidades: procurámos trazer o Evangelho para a Rua. E como? Principiando por cuidar da “cabeça” das pessoas: o

* Antigo deputado ao Parlamento Europeu.

Homem é (que nós saibamos) o único animal racional. A Razão, pois, se não como primado, ao menos como fundamento.

Logo em 23 de Maio do ano de 1955, fundámos, com outros professores do Seminário Episcopal de Angra, o Instituto Açoriano de Cultura, e lançávamos, em Agosto/Setembro do ano seguinte, a revista “Atlântida”, que ainda hoje se publica exuberante de cultura, como existe e actua o IAC. Tudo a nível regional (Instituto “Açoriano” e revista “Atlântida”), contrariamente ao que antes existia (distrital). Logo mais adiante, no ano de 1961, aventurámo-nos à realização de Semanas de Estudo dos Açores (repare-se: Semanas **de Estudo**, e não **Semanas dos Estudos**), que nos haviam de merecer, da parte da intelectualidade retrógrada de então, o apodo de “peixinhos vermelhos em pia de água benta”. Que é que pretendíamos com elas? Primeiro, congregar os agentes culturais dispersos nos Açores e levá-los a pensar e a cultivar espírito crítico. Como dizia alguém: “Não engolir sem antes mastigar bem”. Em segundo lugar, criar nos Açores a consciência de unidade regional, que não existia e se mostrava indispensável ao progresso e à própria defesa. Já havia a consciência de ilha e de distrito. Faltava a regional. Também ninguém melhor que nós, sacerdotes e professores do Seminário que vivíamos a unidade e consciência regionais de diocese, para a proclamar e inculcar por palavras e por obras. Para tanto foi necessário: primeiro, estreitar as mais cordiais relações com os Institutos culturais já existentes: o Instituto Histórico da ilha Terceira, o Instituto Cultural de Ponta Delgada, e o Núcleo Cultural da Horta, no que o José Enes se mostrou diplomata de primeira água. Eles eram a “cabeça” dos Açorianos. Depois, havia que atender às nossas “mãos” de então, esses pequenos ministérios governamentais e de desenvolvimento e progresso que eram as Juntas Gerais dos Distritos Autónomos e que de tudo cuidavam, desde sectores sociais como os da educação, da saúde e da higiene, até sectores económicos como agricultura, indústria, transportes, etc., etc.. Aí residiam e operavam os técnicos, que podiam, como fermento, levedar, depois, a massa do progresso social e económico dos Açores. Seriam eles quem melhor que ninguém nos diria o que, em termos de progresso e de serviço ao Homem, já tínhamos. Mas também do que mais necessitávamos. Enfim, pródromos do que, depois do “25 de Abril”, viria a ser a Autonomia. E as Semanas de Estudo? Pretenderam, antes de mais, juntar os técnicos dos três distritos e colocá-los, face a face, com o que éramos e tínhamos em termos de desenvolvimento económico e social e de serviço à Pessoa humana, e, em segundo lugar, perante o testemunho que nos viria de fora, levá-los a tomar consciência

do que nos faltava. É que seguíamos este princípio: “Ninguém melhor que os de fora sabe mais que nós, dá pelos nossos defeitos e carências, como pelas nossas potencialidades e condições de progresso”.

Finalmente, e quanto às “Semanas de Estudo dos Açores”, melhor se compreende o que elas foram e pretendiam se prestarmos atenção aos lemas que a elas presidiram: “Diálogo entre Intelectuais Açorianos” (I Semana de Estudo dos Açores, realizada em Ponta Delgada, de 3 a 8 de Abril de 1961); “Sob o Signo da Unidade” (II Semana de Estudo, em Angra do Heroísmo, de 3 a 10 de Abril de 1963); “Sob o Signo da Responsabilidade” (III Semana de Estudo, Horta, 19 a 25 de Março de 1964); “Conhecer para Agir” (IV Semana de Estudo, Ponta Delgada, 6 a 16 de Setembro de 1965); “Conhecer para Agir” (V Semana de Estudo, Angra do Heroísmo, de 24 a 30 de Setembro de 1966). Este “Conhecer para Agir” deu de certeza no goto à PIDE, que já vinha de pé atrás quanto às Semanas de Estudo, pois durante a IV Semana, em Ponta Delgada, foi queixar-se ao Governador Civil e pedir-lhe que a encerrasse, sob o pretexto de que nela “já se discutia a reforma agrária de Cuba”! Sucedeu o mesmo na V Semana, em Angra do Heroísmo, por “não ter sido autorizada a realização de qualquer reunião pública”! Em ambos os casos, e embora hesitantes, lá nos permitiram os Governadores Civis que completássemos os trabalhos. Mas nunca mais pudemos realizar qualquer Semana de Estudo do teor destas. Felizmente que então nos foi possível confrontar o que sabíamos e aquilo por que aspirávamos, com o pensamento, o saber e a experiência de intelectuais de muito mérito: académicos, pensadores, investigadores e dirigentes, e aprender deles a lutar e a nunca dar por bem aquilo que, já estando bem, ainda podia estar e ser melhor. Dos 21 concidadãos do Continente que empreenderam connosco esta pequena revolução cívica e cultural permito-me, grato, lembrar os nomes de José Gabriel Correia da Cunha, Rogério Martins, Adério Sedas Nunes e Valentim Xavier Pintado, além do inolvidável francês e dominicano Alain Birou, de *Humanisme e Economie*.